

Programa Eleitoral

Lista A - Continuidade e Renovação

O Sindicato Nacional do Ensino Superior - SNESUP - age na defesa dos interesses dos Docentes e Investigadores que trabalham nas Instituições do Ensino Superior públicas e privadas. Em simultâneo, o SNESUP assume protagonismo na defesa dos interesses da comunidade, nomeadamente na defesa do sistema público de ensino superior e da ciência. Um sistema público de ensino superior e ciência é uma garantia de livre acesso ao conhecimento e à produção de saber independente de interesses políticos, económicos ou religiosos. O ensino superior privado está consagrado na Constituição da República e o SNESUP defende, também, os interesses dos seus profissionais.

O SNESUP tem vindo a intervir em todas as questões do ensino superior e ciência e irá continuar a fazê-lo. A nossa intervenção deve continuar a alicerçar-se no conhecimento sobre a realidade deste sistema, pelo que prosseguiremos com este objetivo, valorizando a proximidade com os colegas investigadores e docentes, de modo a conhecer a sua realidade. Prosseguiremos na recolha e tratamento de dados em articulação com a investigação científica que se realiza nesta área.

Vivemos tempos pós-pandémicos. Os efeitos do confinamento e do ensino de emergência são ainda pouco conhecidos, mas certamente tiveram impacto negativo no ensino e na investigação científica. O conflito militar na Europa e a inflação estão, também, a produzir efeitos que condicionam o futuro do sistema de ensino superior e ciência e a vida das pessoas que nele trabalham.

A enorme perda salarial que as carreiras docentes e de investigação sofreram nos últimos quinze anos, o envelhecimento do corpo de docentes e investigadores e o elevadíssimo grau de precariedade dos colegas que poderiam contribuir para o rejuvenescimento têm vindo a colocar o sistema numa situação de ruptura, sendo os sinais desta já visíveis! Desta forma, a matéria salarial, as condições de trabalho, a precariedade e os mecanismos de progressão e promoção nas carreiras assumem uma nova centralidade no próximo mandato, a que nos candidatamos.

O subfinanciamento público do sistema de Ensino Superior e da Ciência arrasta-se e tem vindo a agravar-se. Neste momento o sistema aproxima-se do grau de ruptura do Serviço Nacional de Saúde e os sinais são idênticos: degradação das infra-estruturas, envelhecimento do quadro de pessoal, elevado grau de precarização do trabalho, dificuldade de recrutamento de docentes e investigadores. Atingido o ponto de não retorno o sistema falhará no serviços aos cidadãos e à economia e ao tecido social.

Matérias prementes são a revisão do Regime Jurídico do Ensino Superior, a Revisão dos Estatutos das Carreiras do Ensino Politécnico e Universitário, e a tão esperada regulação do ensino superior privado e cooperativo. O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido permitirá preparar uma boa equipa negocial. Este exigente calendário negocial será uma das tarefas fundamentais do próximo mandato da Direção.

O coletivo que integra a **Lista A** é plural e diverso. A lista foi construída com a preocupação central de reunir vozes e protagonistas que representem a variedade do Sistema de Ensino Superior e Ciência, desde o género à origem geográfica, passando pelo vínculo laboral. Constituem a **Lista A** docentes e investigadores, quer integrados nas carreiras quer em condição precária, e com variada representação dos subsistemas. Na **Lista A** estão representados, também, os colegas do Ensino Superior Privado. Asseguramos uma vasta representatividade, desde o Minho ao Algarve e Regiões Autónomas, em instituições de grande e pequena dimensão.

A pluralidade das vozes na direção é essencial porque cada uma e cada um de nós representa mais do que a si mesmo e é desta interceção de pessoas, experiências e visões que resulta a força da direção. A equipa que constitui a Lista A é uma união de iguais que conjuga pessoas com experiência na direção do SNESUP com a de quem, pela primeira vez, colocando-se ao serviço da comunidade ao integrar a direção, aporta a sua visão e o seu quotidiano.

Propomo-nos a continuar a linha de trabalho das anteriores direções e assumimos como compromissos centrais:

1. A valorização remuneratória de todos os docentes e investigadores do Ensino Superior e Ciência, através da atualização do índice 100 das respetivas carreiras e da aplicação imediata dos índices remuneratórios previstos no Estatuto da Carreira de Investigação aos investigadores contratados, ao abrigo do "regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento" - Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.
2. O combate à precariedade reinante nas Instituições de Ensino Superior públicas, balizando, no processo negocial a iniciar com o MCTES, de forma cirúrgica as condições em que as instituições poderão contratar docentes convidados, garantindo trabalho digno para todos os docentes do Ensino Superior.
3. A defesa de um regime jurídico-laboral do pessoal docente e de investigação das instituições de ensino superior privado e cooperativo que assegure o estreito paralelismo com o sistema público, ilegalizando as formas de contratação "atípicas" que dominam o setor e permitindo estabilidade de emprego e reais perspetivas de progressão na carreira aos docentes e investigadores que trabalham neste setor.
4. A implementação da progressão horizontal, obrigatória e automática, sempre que o docente ou investigador acumule 10 pontos no processo de avaliação de desempenho.
5. A revisão dos estatutos das carreiras que assegure dois mecanismos para acesso às categorias intermédias e de topo das carreiras docentes e de investigação científica (progressão vertical): um por processos de progressão interna, dependentes apenas do mérito dos docentes e investigadores; outro por recrutamento, através de concursos públicos internacionais, em simultâneo com a obrigatoriedade de se definir uma proporcionalidade entre concursos públicos internacionais e os mecanismos de promoção interna.

No que respeita à vida interna do Sindicato, assumimos o compromisso de aumentar a qualidade e a diversidade dos mecanismos de participação na vida sindical.

Áreas de responsabilidade

Área de Relações Institucionais, Comunicação e Imagem

- Reforçar a presença do SNESUP na comunicação social, tanto sob a forma de opinião, como de notícias com dados relevantes sobre o Ensino Superior e Ciência, carreiras e instituições;
- Intensificar a capacidade de intervenção política do SNESUP, continuando o trabalho de articulação com os diversos partidos políticos e com a tutela, investir na capacidade de intervenção em cada uma das Instituições de Ensino Superior e nos Centros de Ciência e Tecnologia a elas associados;
- Ampliar a relação com outras organizações e movimentos nacionais e internacionais relacionados com o Ensino Superior e Ciência;

- Incrementar o diálogo com os estudantes, em interação com as suas associações representativas;
- Aprofundar a estratégia que coloca o SNESUP como parceiro junto da tutela ministerial, da Assembleia da República, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCSISP).
- Estabelecer uma estratégia de ação que coloque o SNESUP como parceiro negocial privilegiado com as diversas instituições cujos investigadores e docentes representamos.

Área de Política Reivindicativa e Apoio Jurídico

- Dar seguimento às ações que colocam o aumento dos salários e a melhoria das condições de trabalho como prioridade da ação do SNESUP.
- Garantir a estabilidade dos vínculos contratuais enquanto princípio base e alicerce do sistema de Ensino Superior e Ciência.
- Acabar com a situação indigna em que trabalham os docentes da maioria das instituições de ensino superior privadas e cooperativas, assegurando que o regime de pessoal docente e de investigação nas instituições privadas seja concretizado. O regime terá de assegurar o paralelismo de deveres e direitos entre o sistema público e o sistema privado e cooperativo.
- O combate à precariedade dos investigadores, assegurando o acesso a posições de carreira a todos os investigadores que tenham contratos a prazo de longa duração com instituições públicas ou com instituições I&D, privadas sem fins lucrativos, financiadas através de contratos programa plurianuais promovidos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, IP) ou por qualquer outro organismo público de financiamento de atividades de I&D+I.
- Valorizar a transparência e o mérito nos processos e sistemas de avaliação de desempenho e de acesso e progressão na carreira, não transigindo na exigência da progressão salarial com dez pontos, recusando os processos de mudança de categoria feitos à revelia dos estatutos de carreira e defendendo uma solução definitiva que distinga claramente os concursos de progressão dos de recrutamento.
- Pugnar pela integração na carreira dos docentes convidados, que asseguram o regular funcionamento das instituições de ensino superior e zelar pela rigorosa aplicação dos estatutos de carreira no que respeita à figura dos docentes convidados.
- Assegurar o respeito pelas carreiras, nomeadamente em matéria de contratação, progressão e horas de trabalho. Monitorizar e garantir a aplicação das 35 horas de trabalho semanal, com respeito absoluto pelos limites de carga horária letiva estabelecidos pelos estatutos de carreira, reconhecimento do tempo necessário às várias atividades e devida compensação das horas extraordinárias.
- Lutar pelo respeito da proporcionalidade estabelecida nos estatutos de carreira relativamente às diversas categorias, incluindo os limites à contratação de convidados.
- Continuar a lutar para extinguir a precarização do emprego científico e de envelhecimento do corpo docente/investigadores. Exigir a integração dos investigadores contratados ao abrigo do DL 57 e do Programa de Estímulo ao Emprego Científico nas Carreiras de Investigação ou Docentes.
- Combater a degradação e a desvalorização do trabalho dos professores convidados, reclamando o princípio de "*para trabalho igual, salário igual*";
- Afirmar a negociação e a contratação coletiva no espaço do Ensino Superior e Ciência;

- Manter a pressão para a negociação e o escrutínio dos regulamentos administrativos que emanam dos estatutos de carreira e de todos os atos administrativos com consequências nas relações laborais e condições de trabalho;
- Combater os excessos e as injustiças resultantes de sistemas de avaliação de desempenho;
- Prevenir e combater situações de abuso ou assédio, pessoal ou profissional, no Ensino Superior e Ciência;
- Reforçar e dar condições à equipa de advogadas e advogados, altamente especializados, que trabalha com o SNESUP de forma a que prossiga o labor de assessorar a direção e prestar o melhor apoio às pessoas associadas ao SNESUP.

Área de Política Educativa, Organização do Ensino e Pedagogia

- Afirmar e reforçar o sistema público e independente de Ensino Superior e Ciência como garante do acesso livre ao conhecimento e como ferramenta de construção de saberes.
- Lutar pelo financiamento público adequado do Ensino Superior e da Ciência.
- Reverter as políticas de afastamento dos docentes dos processos de decisão das instituições, eliminando constrangimentos à democracia, participação, paridade e representatividade.
- Contribuir para o conhecimento e valorização social da profissão académica.
- Analisar os mecanismos de progressão nas carreiras e o papel dos concursos nesse âmbito, estudando propostas de mudança que fomentem a transparência e a equidade.
- Promover princípios de solidariedade e ética entre os diversos agentes do Ensino Superior e Ciência, valorizando a autonomia profissional de docentes e investigadores e a colegialidade na organização do trabalho no interior das instituições.
- Desenvolver e promover análises relativas ao sistema do Ensino Superior e Ciência, designadamente através da identificação e incentivo de estudos sobre condições e relações de trabalho, mobilização coletiva, adesão sindical e organizações de trabalho.

Área de Política Científica e Apoio aos Investigadores

- Pugnar para que as necessidades permanentes do Sistema Científico Nacional sejam preenchidas por investigadores enquadrados profissionalmente nos Estatutos de Carreira de Investigação Científica.
- Prosseguir na defesa do princípio de que as bolsas devem ser reservadas apenas para a formação e que todo o restante trabalho de investigação deve ser efetuado ao abrigo de contratos de trabalho.
- Lutar para que no Orçamento de Estado distribuído para as instituições de ensino superior esteja inscrita uma rubrica claramente destinada à investigação científica, para além das verbas distribuídas para as UI&D.

Área de Organização Sindical

- Ampliar o número de reuniões e de visitas às diferentes instituições de Ensino Superior.
- Participar no esforço de reforço da rede de delegados sindicais à escala nacional.
- Estimular o crescimento da taxa de sindicalização e garantir a representação dos investigadores, independentemente da natureza do seu vínculo.
- Intensificar as ações junto das instituições de ensino superior privado, de modo a aumentar o número de sócios e conseguir uma representação mais alargada.